

LIGANDO OS PONTOS:  
IMAGINAÇÃO SEMÂNTICA, FIGURAS RETÓRICAS E  
ANÁLISE NATURALISTA DA LITERATURA

---

*Connecting the dots:  
semantic imagination, rhetorical figures, and  
naturalistic analysis of literature*

Nazareno Eduardo de Almeida\*

**RESUMO**

Argumento neste artigo em favor de uma função semântica da imaginação capaz de atuar ao nível do sentido das sentenças e termos no discurso. Para tanto, é necessário substituir o modelo conceitual da teoria da significação baseada na noção de condições de verdade – bem como na distinção entre o sentido de um signo e sua representação mental – pelo modelo conceitual de uma teoria da significação de caráter semiótico (livremente inspirada na obra de Peirce), na qual a significação é compreendida como forma fundamental da relação pensamento-linguagem-mundo e analisada de acordo com suas condições de sentido. Em um segundo momento, argumento em favor da tese segundo a qual a relação entre sentido literal e sentido figurado só é possível pela correlação sinérgica entre memória semântica e imaginação semântica, de tal modo que esta última se torna uma condição necessária para se poder operar tal distinção. Por fim, justificada tal tese, argumento em favor de se tomar as figuras retóricas como dispositivos discursivos gerais através dos quais a imaginação semântica, operando por meio de procedimentos analógicos, é capaz de atuar na construção e na interpretação de símbolos icônicos discursivos pelos quais podemos não apenas ornar, embelezar ou ilustrar nossas concepções já aceitas, mas sobretudo podemos formar novas concepções de mundo que alteram tanto o sentido literal do discurso quanto transformam os esquemas conceituais de fundo que tornam possível este mesmo discurso. Com isso, a

\* Universidade Federal de Santa Catarina

imaginação semântica não atua apenas na construção e interpretação do sentido dos textos literários, mas de todo e qualquer texto, embora seja nos textos considerados mais estritamente literários que tal trabalho se revela mais evidente.

Palavras-chave: *imaginação; figuras retóricas; literatura.*

### ABSTRACT

I argue in this paper in favor of a semantic function of imagination that is able to act at the sense level of sentences and terms in the discourse. Therefore, it is necessary to replace the conceptual model of the theory of meaning based on the notion of truth conditions – as well as on the distinction between the sense of a sign and its mental representation – by the conceptual model of a semiotic theory of meaning (freely inspired by Peirce's work), in which meaning is understood as the fundamental form of the thought-language-world relation and analyzed according to their conditions of sense. In a second moment, I argue in favor of the thesis according to which the relation between literal sense and figurative sense is only possible by the synergic correlation between semantic memory and semantic imagination, such that the last one turns to be a necessary condition to operate this distinction. Finally, justified this thesis, I argue in favor of taking the rhetorical figures as general discursive devices through which the semantic imagination, working by means of analogical procedures, is able to act in the construction and interpretation of iconic discursive symbols by which we can not only illustrate or embellish our already accepted conceptions, but above all we can form new world conceptions that alter either the literal sense of the discourse or transform the background conceptual schemes that make possible this same discourse. Thus, the semantic imagination not only acts in the construction and interpretation of the sense of literary texts, but acts in texts of any kind, although in the texts taken more strictly as literary such a work reveals itself more evident.

Keywords: *imagination; rhetorical figures; literature.*

# 1. A IMAGINAÇÃO ENTRE REPRESENTAÇÃO E SIGNIFICAÇÃO: DAS CONDIÇÕES SEMÂNTICAS DE VERDADE ÀS CONDIÇÕES SEMIÓTICAS DE SENTIDO<sup>1</sup>

Para falar de uma faceta até agora praticamente ignorada da imaginação, iniciemos com uma analogia.<sup>2</sup> O céu noturno está pontilhado de corpos celestes que há centenas de milhares de anos nos encantam e nos espantam. Estes pontos luminosos no céu noturno se prestaram à formação de inumeráveis figuras de constelações em diferentes épocas e culturas, bem como à crença mui difundida de uma ação invisível destas figuras sobre a vida humana na terra. Todavia, os corpos celestes, independente das figuras das quais participam e dos supostos efeitos que causariam, continuam a ser os mesmos. O que varia são as figuras através deles formadas e o sentido dado a essas figuras. De modo análogo, a imaginação configura significações para a vida humana no mundo ao tomar as palavras e conceitos já disponíveis como os pontos luminosos no céu que permanecem a nós indiferentes.

Esta imagem analógica apresenta de modo especulativo a hipótese

1 O presente artigo procura desenvolver e correlacionar argumentos e propostas feitos em dois outros artigos. Em um deles (DE ALMEIDA, 2014), a noção de imaginação semântica é apresentada em correlação direta com uma análise semiótica da poética simbolista e em sua apropriação no *Ulisses* de James Joyce; bem como, nesta obra, é encontrada no uso do recurso às palavras-valise ou *portmanteaux* e também na inversão da direção do fluxo de informações tal como descrito por Fred Dretske. No outro artigo (DE ALMEIDA, 2015), apresentei algumas teses para uma compreensão mais adequada do sentido literário da filosofia através de uma análise da semiótica contida nos fragmentos de Heráclito como se desenvolvendo através de um uso peculiar das figuras retóricas enquanto formas de inferência analógica, especialmente no que tange à sua corporificação nas alegorias. Assim, o título do presente artigo também procura indicar que tento aqui correlacionar a imaginação semântica postulada no primeiro artigo com o uso argumentativo das figuras retóricas explicitado no segundo. Ademais, cumpre justificar que o uso de longas notas neste texto é um expediente para poder manter no corpo principal do texto o foco nos aspectos mais importantes desta correlação, sem, contudo, perder de vista alguns dos pressupostos e implicações teóricas nela envolvidos. Com isso, acredito que é possível uma leitura do texto sem a leitura da maioria das notas mais extensas, sem prejuízo maior para a compreensão inicial da concepção aqui defendida.

2 Até onde sei, a única exceção a esta não consideração da função semântica da imaginação se encontra na indicação feita por Paul Ricoeur em um artigo publicado em 1978, no qual afirma: “My thesis is that it is not only for theories which deny metaphors any informative value and any truth claim that images and feelings have a *constitutive* function. I want instead to show that the kind of theory of metaphor initiated by I. A. Richards in *Philosophy of rhetoric*, Max Black in *Models and metaphors*, Beardsley, Berggren, and others cannot achieve its own goal without including imagining and feeling, that is, without assigning a *semantic* function to what seems to be mere *psychological* features and without, therefore, concerning itself with some accompanying factors extrinsic to the informative kernel of metaphor. This contention seems to run against a well-established – at least since Frege’s famous article “Sinn und Bedeutung” and Husserl’s *Logical investigations* – dichotomy, that between *Sinn* or sense and *Vorstellung* or representation, if we understand ‘sense’ as the objective content of an expression and ‘representation’ as its mental actualization, precisely in the form of image and feeling. But the question is whether the functioning of metaphorical sense does not put to the test and even hold at bay this very dichotomy.” (RICOEUR, 1978, p. 143-44). A suspeita de Ricoeur em relação à distinção fregeana entre sentido e representação é também a suspeita desenvolvida no presente artigo, como se verá logo mais.

central deste ensaio: a imaginação não forma apenas, como se supõe usualmente, imagens extra-discursivas que acompanham subjetiva e contingentemente o discurso, mas forma imagens discursivas e esquemas conceituais com novos sentidos que não são meramente individuais e intrasferíveis, como também é somente pela imaginação que somos capazes de compreender a peculiaridade própria dessas imagens discursivas e dos esquemas conceituais nelas supostos.<sup>3</sup>

Mas como podemos justificar a existência desta função semântica da imaginação? Dentre as várias evidências disponíveis, duas das mais fortes me parecem se encontrar tanto na distinção usual entre sentido literal e sentido figurado, quanto, a partir desta distinção, naquilo que, desde a antiguidade clássica, está suposto na noção de figuras retóricas, a saber: um conjunto de operações psico-discursivas (semióticas) realizadas por meio da analogia.

Portanto, esses são os pontos a serem ligados neste ensaio para argumentar em favor de um modelo conceitual peculiar: (i) a necessidade da admissão de uma função semântica da imaginação como uma das condições necessárias de sentido da significação discursiva em geral (ii) através de sua atuação direta na construção e compreensão do sentido figurado das sentenças e seus termos componentes, o qual se explicita de modo mais claro (iii) na multiplicidade indefinida de operações semióticas da imaginação por meio das figuras retóricas (concebidas como dispositivos discursivos gerais e intersubjetivos para a formação, transmissão e transformação de nossas concepções de vida e de mundo), e, por fim, (iv) a indicação desta vinculação entre imaginação e figuras retóricas como uma via adequada para uma análise naturalista da literatura (quer em seu sentido amplo, quer em seu sentido estrito).

Para podermos inicialmente justificar e compreender a relevância desta perspectiva conceitual, convém indicar a principal razão pela qual o modelo tradicional da semântica filosófica recente é incapaz de reconhecer uma função semântica da imaginação, a saber: o anti-psicologismo que está presente na fundação lógico-matemática da semântica tradicional na obra de Frege.<sup>4</sup> Mais especificamente, o principal obstáculo para a admissão de

3 Doravante, para manter a brevidade, falarei apenas de imagens discursivas, deixando implícito que tais imagens supõem ou constituem esquemas conceituais sem os quais não fariam sentido, ficando assim confinadas às idiossincrasias linguísticas de uma pessoa ou época determinadas.

4 Sobre os vários aspectos do anti-psicologismo de Frege, veja-se PICARDI, 1997, p. 307-329. Embora pense que os argumentos anti-psicologistas sejam ainda plausíveis no que concerne à significação das estruturas lógico-matemáticas, parece-me que a aplicação destes argumentos ao campo da significação discursiva conduz a uma compreensão idealizada e empiricamente inadequada da significação discursiva, como se tem tornado manifesto pelas pesquisas da psicolinguística e da

uma função semântica da imaginação reside na influente distinção fregeana entre sentido e representação.

Segundo Frege, qualquer signo (*Zeichen*) possui a ele associados três aspectos: um sentido (*Sinn*) – caracterizado como um modo de apresentação de algo –, no mais das vezes, uma referência (*Bedeutung*)<sup>5</sup> – caracterizada como o algo apresentado pelo sentido –, e, por fim, uma representação (*Vorstellung*)<sup>6</sup> – caracterizada como o processo psíquico que acompanha a correlação entre o sentido e a referência do signo. Como Frege salienta em várias passagens de sua obra, o contraste entre sentido e representação associados a um signo é entre um nível objetivo (embora não efetivo e material) onde se encontra o sentido do signo e um nível subjetivo (individual e intransferível) em que se encontra a representação associada ao signo.

Do ponto de vista desta influente distinção<sup>7</sup>, a imaginação estaria colocada única e exclusivamente no âmbito da representação, de tal modo que ela seria responsável pela constituição de imagens mentais subjetivas e individuais que acompanham ou preenchem o nível estritamente lógico entranhado no sentido dos signos com os quais a mente humana opera e através dos quais é capaz de apreender as proposições que podem contar

---

sociolinguística recentes. Seria um erro crasso, porém, acreditar que ao assumir a necessidade de reconhecer aspectos psicológicos para uma compreensão mais adequada da significação discursiva estaríamos no comprometendo imediatamente com uma posição psicologista.

5 O qualificativo “no mais das vezes”, indica que, para Frege, há signos com sentido, mas sem referência. Em especial, o autor indica como signos deste tipo aqueles operados pela poesia. Mas claramente pode-se entender que tais usos são considerados por Frege como exceções à regra geral, segundo a qual no discurso (entendido primariamente a partir de sua forma declarativa expressa no modo indicativo) opera-se com signos que possuem tanto sentido quanto referência.

6 O tradutor de Frege para o português optou pela tradução de “*Vorstellung*” por “ideia”, seguindo a tradução usual do termo para o inglês. Penso que a tradução por ‘ideia’, mesmo não sendo incorreta, não capta a tradição da filosofia alemã que antecede Frege, especialmente a partir da obra de Kant, onde o termo “*Vorstellung*” desempenha um papel central, e na qual o termo “ideia” deixa de ser sinônimo de representação em geral para ser um tipo especial de representação diretamente associada à razão. Além disso, a reação de Frege contra a filosofia da matemática de origem kantiana reforça a tradução do termo pela palavra “representação”.

7 Esta distinção não é apenas assumida como verdadeira no campo da filosofia da lógica e da matemática, mas também no campo da filosofia da linguagem, da mente e mesmo da psicologia cognitiva pautada (em alguma medida) pelo modelo e pelas metáforas lógico-computacionais. Neste último campo e associado indiretamente ao conceito de imaginação, os debates sobre a imageria mental (*mental imagery*) se pautaram sobre as possíveis correlações e hierarquia entre dois níveis supostamente distintos da atividade mental: um nível proposicional e outro nível imagético. Em especial, Zenon Pylyshyn defendeu que os aspectos cognitivos fundamentais da mente estariam codificados no nível proposicional da mente, tornando o nível imagético mais fraco e dependente daquele outro. Já Stephen Kosslyn defendeu uma autonomia do nível imagético da mente em relação ao nível proposicional, defendendo um valor cognitivo intrínseco e irredutível para as imagens mentais. Independentemente da posição adotada nesta disputa, percebe-se que a noção de imagem mental (e as operações da memória e da imaginação nela supostas) acaba por ser contraposta ao nível proposicional da mente, nível no qual se entende que a capacidade discursiva estaria codificada em esquemas semi-formais de tipo lógico e seria operada sem uma necessária interferência da imaginação. Sobre o debate acima citado, veja-se FINKE, 1989, cap. 1.

como conhecimento científico.<sup>8</sup> Assim, à primeira vista, nos parâmetros deste modelo conceitual, falar de uma função semântica da imaginação no nível proposicional do sentido expresso pelas frases ou sentenças de uma língua natural seria incorrer no pecado mortal do psicologismo: propor algum tipo de fundamentação ou explicação do nível lógico (universal, necessário e objetivo) das proposições a partir de um nível psicológico (particular, contingente e subjetivo) dos processos e conteúdos mentais que acompanham, “preenchem” e apreendem estas mesmas proposições.

A pressuposição fregeana fundamental que permite tal separação rígida entre o nível psicológico e o nível lógico da significação discursiva consiste naquilo que, especialmente a partir de Davidson, será chamado de teoria das condições de verdade da significação discursiva, ou seja, que a significação discursiva pode ser explicada a partir de sua referência ao verdadeiro e ao falso entendidos como conceitos lógicos primitivos. Frege, porém, é bastante explícito ao limitar a análise lógica da significação discursiva às sentenças declarativas, indicando muitas exceções a este modelo, o qual foi essencialmente elaborado para dar conta do projeto (malogrado) de tentar reduzir as leis fundamentais da aritmética a um conjunto de princípios básicos da lógica, aquilo que, abreviadamente, foi chamado de projeto logicista.<sup>9</sup>

8 A seguinte passagem do texto *O pensamento: uma investigação lógica* (1918-19) confirma a associação implícita entre a noção de imaginação e representação: “Quando dizemos que uma imagem (*Bilde*) é verdadeira, não se está a rigor enunciando uma propriedade que pertence a esta imagem, considerada isoladamente. Pelo contrário, temos sempre presente uma certa coisa e queremos dizer que esta imagem corresponde de algum modo a esta coisa. ‘Minha representação (*Vorstellung*) corresponde à catedral de Colônia’ é uma sentença, e assim o que está em questão é a verdade desta sentença. Assim, o que se chama um tanto indevidamente de verdade de imagens e representações se reduz à verdade de sentenças” FREGE, 2002, p. 14. Note-se que a possível ligação entre os conceitos de sentido e de representação ou imagem é impugnada através da noção de verdade, a qual só poderia ser aplicada ao conceito de sentido como conteúdo conceitual expresso pelas sentenças declarativas. Ademais, Frege claramente supõe que as representações ou imagens mentais não podem contar como signos, apenas as palavras. A explicitação deste último ponto é importante por causa das considerações de caráter semiótico que se farão abaixo.

9 Frege indica que é possível haver nomes próprios e descrições com sentido, mas sem referência Cf. FREGE, 2006, p. 133, 137-38. Também indica que sentenças subordinadas possuem sentido, mas sua referência é apenas indireta. Cf. FREGE 2006, p. 142-47. Também aponta que sentenças imperativas e interrogativas têm sentido, mas não têm uma referência ao mesmo modo que as sentenças declarativas, se é que possuem alguma Cf. FREGE, 2002, p. 16-17. Ademais, aponta para o problema de sentenças declarativas com termos dêiticos e indexicais serem semanticamente incompletas na medida em que dependem de contextos de proferimento para fazerem sentido. Cf. FREGE, 2002, p. 20-23. Também no caso de várias sentenças declarativas que aparecem em contextos poéticos, elas possuem apenas sentido, mas não referência, uma vez que não são propriamente asseridas, ou seja, são pronunciadas sem uma pretensão de verdade. Cf. FREGE, 2002, p. 17-18. De passagem, cumpre lembrar que os casos em que Frege enxerga sentidos sem referência devem-se a ele tomar o verdadeiro e o falso como únicas referências possíveis para as sentenças declarativas completas (aquelas que não fazem uso de termos dêiticos ou indexicais). Deste ponto de vista, é claro que sentenças interrogativas, imperativas e subjuntivas falham em se referir ao verdadeiro ou ao falso, ao menos de modo direto. Contudo, se a referência não é tomada em termos de valores de verdade, então é possível dizer que todas as sentenças se referem a algo, *mesmo que a algo apenas*

Assim, a partir do horizonte teórico tradicional da semântica instaurado por Frege, seria impossível falar de uma função semântica da imaginação, dado que isso implicaria, para tal modelo conceitual, uma visão relativista do ser verdadeiro, objeto fundamental da lógica e, por conta da tese logicista, também da matemática, sem as quais o estatuto universal e necessário do conhecimento das ciências exatas e naturais supostamente não seria possível.

Para podermos estabelecer uma atuação da imaginação no nível do sentido dos termos e sentenças que compõem o discurso – sem cair na tentação do psicologismo, mas sem desprezar os aspectos mentais necessariamente envolvidos nas operações discursivas –, é necessário adotar um outro modelo conceitual para a análise da significação em geral e da significação discursiva em particular. Parece-me que tal modelo pode ser constituído a partir de certas intuições, hipóteses e esquemas conceituais indicados por Peirce em suas incursões exploratórias no que chamou de semiótica.<sup>10</sup> Entretanto, o modelo semiótico aqui operado e sumariamente delineado não tem nenhuma pretensão de ser uma reconstituição exegética fiel da obra de Peirce. Antes, trata-se de desenvolver o potencial conceitual contido em seus escritos em uma direção bastante peculiar.

De modo geral, o conceito de semiose ou significação proposto por Peirce me parece abrir uma perspectiva privilegiada para uma concepção empiricamente adequada e antropológicamente relevante da relação pensamento-linguagem-mundo. Assim, do ponto de vista semiótico aqui

---

*imaginário*. Para tanto, porém, seria necessário recorrer ao conceito de intencionalidade, ausente no quadro conceitual delineado por Frege, ausência devida a sua concepção demasiado subjetivista e introspectiva da representação mental.

10 As seguintes palavras de Peirce são suficientes para percebermos o caráter *inicial* e exploratório de suas investigações semióticas: "(...) tanto quanto sei, sou um pioneiro, ou antes um homem de fronteira, na obra de abrir a clareira e desbravar aquilo que chamo *semiótica*, ou seja, a doutrina da natureza essencial e das variedades fundamentais de possível semiose; acho o campo demasiado vasto, grande demais o trabalho para um recém-chegado. Assim, acho-me obrigado a limitar-me às questões mais importantes" (PEIRCE, 1980, p. 135). Tomando a sério essas palavras, minha intenção é explorar o território descoberto por Peirce como um campo a partir do qual uma concepção mais empiricamente adequada e antropológicamente relevante da relação pensamento-linguagem-mundo pode ser elaborada a partir da noção de semiose ou significação tal como delineada em sua semiótica. Contudo, cabe ressaltar que apesar de Peirce ser tomado como uma "fonte conceitual" de meus esforços, ele ainda se mantém bastante centrado no que se pode chamar de concepção veritativa da relação pensamento-linguagem-mundo, mantendo uma desconfiança contínua contra a psicologia, embora indicando uma gradação mais fina na correlação entre os processos significantes e os processos psíquicos que matiza e estratifica a distinção demasiado rígida entre sentido e representação proposta por Frege. O que sobretudo me interessa na semiótica esboçada por Peirce são, por assim dizer, suas bordas, nas quais vejo a possibilidade de questionar a concepção veritativa da relação pensamento-linguagem-mundo na medida em que retira a centralidade até então praticamente intocada do discurso como único âmbito da significação, bem como ao mostrar que a relação entre sentido e referência presente nos signos não pode mais ser compreendida a partir da distinção entre palavras, imagens e coisas, como na teoria tradicional da significação, uma vez que reconhece claramente que imagens e coisas (através da consideração dos ícones e índices como signos), e não apenas palavras, possuem modos de significação.

adotado, o conceito de pensamento não é redutível a ou identificável com uma mente “desencarnada” e epistemologicamente orientada. Nem o conceito de mundo é redutível a ou identificável com uma realidade objetiva cuja arquitetura estaria à espera de ser descoberta de uma vez por todas ou que coincidiria idealmente com alguma arquitetura conceitual presente na mente ou a ela acessível. Por fim, também o conceito de linguagem não é redutível a ou identificável com a noção de discurso, muito menos este poderia ser analisado unicamente através do conceito de discurso declarativo.

Em suma, do ponto de vista semiótico, a relação pensamento-linguagem-mundo não pode ser compreendida e investigada, como na tradição filosófica dominante no ocidente, primariamente a partir do conceito de verdade, em especial a partir da concepção clássica da verdade como correspondência. Ademais, deste mesmo ponto de vista, não faz sentido pretender algum tipo de anterioridade de um dos âmbitos relacionados sobre os demais, ou seja, não faz sentido postular posições realistas ou anti-realistas globais. É somente pela correlação entre esses âmbitos que se torna possível compreender cada um deles em separado, bem como seus aspectos epistêmicos, lógicos e ontológicos e suas possíveis relações estruturais.

A contrapartida positiva destas negações consiste em compreender e investigar a relação pensamento-linguagem-mundo como um processo de pôr o mundo em obra na linguagem, tornando a linguagem mundo vivido e vivente na correlação sinérgica entre percepção, memória e imaginação dos indivíduos e grupos humanos.<sup>11</sup> Em outros termos, a significação ou semiose, como característica humana por excelência, consiste no conjunto de relações através de códigos significantes (discursivos e não-discursivos) que os seres humanos mantêm consigo mesmos, com os demais seres humanos e com o mundo natural e histórico que habitam.

Deste ponto de vista, a significação (discursiva ou não-discursiva) não é analisável a partir de suas condições de verdade. Antes, na medida em que a significação é uma construção individual e coletiva de sentido para a

11 A correlação sinérgica entre percepção, memória e imaginação é aqui compreendida como o núcleo fundamental das capacidades mentais denotadas pelo conceito de pensamento. Sem a percepção, a memória e a imaginação, bem como sem suas correlações sinérgicas, todas as outras capacidades atribuídas à mente humana são impossíveis. Raciocínio, reflexão, crença, desejo, entendimento, vontade, consciência entre vários outros conceitos que compõem o vocabulário mental são psicológica e ontologicamente dependentes destas três capacidades fundamentais. De modo ainda mais especulativo, pode-se postular uma variação do vocabulário mental que é observável na comparação dos conceitos elaborados em diferentes épocas e culturas para a divisão dos processos mentais. Somente percepção, memória e imaginação permanecem como capacidades constantes ao longo destas variações, ou seja, de modo análogo a como a linguística postula certos universais linguísticos que perpassam a totalidade das diversas e singulares línguas existentes, pode-se postular a tese segundo a qual percepção, memória e imaginação seriam universais mentais que perpassam a diversidade dos vocabulários psicológicos concretizados nas diferentes épocas e culturas humanas.

vida humana no mundo, ela tem de ser analisada a partir de suas *condições de sentido*. Com isso, o conceito fundamental que permite compreender e investigar a significação em geral e a significação discursiva é o conceito de *ter ou fazer sentido*.<sup>12</sup> Ou seja, antes de qualquer significação poder ser tida como verdadeira ou falsa (assim como boa ou má, bela ou feia), ela precisa ter ou fazer sentido, ou seja, a significação tem de estabelecer algum tipo possível de relação entre pensamento, linguagem e mundo, independente de como tal relação será determinada por meio dos pares conceituais acima mencionados ou de outros pares conceituais análogos. Com isso, pode-se dizer que os conceitos de pensamento, linguagem e mundo, compreendidos em sua inexorável correlação de dependência mútua (especialmente enquanto são *partes sinérgicas e necessárias* dos processos de significação), são conceitos simbólicos e não propriamente conceitos de tipo tradicional, ou seja, não significam categorias de objetos, mas a condição transcendental mesma para que se possam estabelecer categorias de objetos de qualquer número e ordem.<sup>13</sup>

Dentre os códigos significantes através dos quais e nos quais os seres humanos constituem sentido para sua existência no mundo que partilham, o discurso é certamente um código fundamental. Todavia, este código é fundamental não enquanto seja analisado a partir da perspectiva tradicional, a saber: enquanto se assume a forma do enunciado declarativo ou asserção como a forma primária do discurso humano. O discurso é um código signifiante fundamental porque se apresenta primariamente como

12 Embora a noção de ter ou fazer sentido seja primitiva, ela não é simples ou unívoca. Antes, ela possui vários sentidos. Essa polissemia reflete a polissemia da significação em geral e da significação discursiva que tão frequentemente percebemos indiretamente ao tentarmos expressar algo e que diretamente percebemos em toda sorte de equívocos. Assim, a polissemia da noção de ter ou fazer sentido é percebida diretamente através das formas que o *nonsense* adquire em nossas circunstâncias de vida. De um ponto de vista semiótico, o *nonsense* pode ser sintático, semântico e pragmático, refletindo a família conceitual exemplificada por conceitos como o erro, o absurdo, o estranho, o incompreensível, o disparate, a contradição etc. O *nonsense* puro e simples, porém, coincide com o impensável e o indizível. Em sua manifestação usual, ele é sempre uma propriedade de grau que depende das expectativas de sentido que ordenam nossas estruturas significantes em geral. Isso fica evidente particularmente na exploração do *nonsense* por diversos artistas e movimentos, os quais, parafrazeando uma expressão de Wittgenstein, se lançam contra os limites da linguagem usual.

13 Entendo o termo “transcendental” aqui em sua acepção escolástica, ou seja, como significando aqueles conceitos que transcendem as categorias de objetos e que permitem sua separação e sua correlação. Contudo, para além da acepção tradicional, entendo que pensamento, linguagem e mundo são conceitos transcendentais porque permitem a formação de inumeráveis sistemas de categorias possíveis. Assim, a caracterização da relação pensamento-linguagem-mundo como uma correlação transcendental aponta para a defesa de um pluralismo ontológico, ou seja, para uma posição que tanto rechaça o relativismo ontológico (enquanto posição que faz todos os sistemas categoriais dependentes da cultura e da espécie humana) quanto se afasta do fundacionismo ontológico (enquanto posição que acredita em um sistema categorial primário ao qual todos os demais se reduziriam).

diálogo e como narrativa.<sup>14</sup> Nesta forma primária, o discurso não pode ser separado nem de outros códigos significantes não-discursivos, nem dos contextos históricos e naturais em que se encontra necessariamente imerso como um modo tipicamente humano de constituir sentido para si e para o mundo circundante. Além disso, enquanto diálogo e narrativa, é evidente que o discurso pode fazer ou ter sentido sem precisar estar vinculado a um valor de verdade, bem como, por conta disso, não necessariamente precisa estar vinculado a uma crença, de modo que não pode ser reduzido a algum tipo de atitude mental ou ato de fala com alguma pretensão de verdade de ordem epistêmica.

É somente neste cenário conceitual que se torna possível compreender o papel da imaginação não apenas na produção e reprodução de imagens não-discursivas (mentais ou extra-mentais) que preencheriam ou acompanhariam o discurso, mas também na produção de imagens discursivas cuja significação (não necessariamente condicionada por uma pretensão de verdade) é capaz de constituir, manter e transformar o sentido da vida individual e coletiva no mundo histórico e natural. Enquanto diálogo e narrativa, o discurso se mostra indissociável do núcleo da vida psicossomática dos seres humanos compreendidos não como sujeitos abstratos, mas como pessoas com uma identidade pessoal e coletiva, ou seja, o discurso se mostra indissociável da correlação sinérgica entre percepção, memória e imaginação. *Sem esse vínculo, o discurso como diálogo e como narrativa não poderia fazer sentido, não poderia realizar sua significação própria.* Enquanto diálogo e narrativa, percepção, memória e imaginação constituem condições necessárias de sentido para o discurso, condições estas que não necessariamente precisam estar vinculadas aos conceitos de conhecimento, verdade e realidade, especialmente no caso da imaginação, como já Aristóteles indicou ao dizer que a imaginação não necessariamente está comprometida com uma crença no que é imaginado, ou seja, não está

14 Acredito que a narrativa é sempre uma forma estendida do diálogo, mesmo que tendamos a assumir a separação platônica entre a narrativa como discurso monológico e o diálogo como forma essencialmente interativa realizada por meio da relação entre pergunta e resposta. Esta separação depende fundamentalmente da noção platônica segundo a qual o diálogo teria como sua finalidade essencial a procura da verdade, enquanto a narrativa seria marcada pela exposição não posta à prova de uma concepção a um público passivo. Todavia, como acontece em vários outros casos, os diálogos platônicos são, em sua quase totalidade, uma mescla indiscernível de discurso dialógico e discurso narrativo. Recentemente, a visão dialógica da narrativa foi proposta especialmente por Bakhtin. No âmbito da filosofia fenomenológico-hermenêutica, Heidegger, Gadamer e Ricoeur (cada qual a seu modo) também apontam para esse caráter dialógico e narrativo do discurso como mais fundamental do que o caráter declarativo. Todavia, no caso de Gadamer e, sobretudo, de Heidegger, essas indicações são acompanhadas por uma tentativa de vincular o ter ou fazer sentido do discurso com um pretensamente novo conceito de verdade como desvelamento, com o que não estou de acordo. Em função da brevidade necessária a um artigo, tanto a tese sobre o caráter básico do diálogo e da narrativa quanto sua correlação não poderão ser justificadas.

comprometida com algum tipo de ato ou processo mental caracterizado pelo ter algo por verdadeiro (cf. *De anima*, III, 3, 427b 16-23).

Voltando-nos mais especificamente para a imaginação, do ponto de vista semiótico, sua função semântica na construção do sentido não é distinta por gênero de sua função produtiva ou reprodutiva de imagens extra-discursivas. Vejamos rapidamente o porquê disso. Um dos aspectos da semiótica consiste em determinar ao menos três tipos de relação significativa entre os signos e seus referentes no mundo. Esses três tipos de relação significativa são denotados através da tripartição dos signos em ícones, índices e símbolos. Embora a significação em sentido mais próprio se dê apenas no nível dos símbolos, os ícones e os índices são também significantes, ou seja, funcionam como signos que remetem aos seus referentes. Na realidade, é somente na medida em que os ícones e o índices já estão compreendidos dentro dos símbolos ou em que têm algum tipo de caráter simbólico que podem funcionar como signos.

Mas esses modos de significação são diferentes. O ícone refere por algum tipo de similitude com o objeto significado. O índice refere por algum tipo de relação de causalidade ou contiguidade com o objeto significado. O símbolo, por sua vez, refere ao seu objeto por meio de algum tipo de regularidade geral estabelecida (por convenção ou hábito) pelos seres humanos entre o signo e seu referente. Assim, é possível dizer que a visão tradicional da imaginação como uma capacidade de reprodução ou produção de imagens pode ser caracterizada dentro deste quadro conceitual como indicando que a imaginação é uma capacidade de operar com signos icônicos, ou seja, que as imagens reproduzidas ou produzidas pela imaginação, na medida em que são imagens com sentido para aqueles que as têm em mente, são ícones. Já neste ponto, seria possível dizer que enquanto as imagens mentais extra-discursivas podem ser encaradas como ícones, toda a operação da imaginação com tais imagens já possui um caráter semântico, ou seja, ao reproduzir ou produzir imagens mentais não-discursivas a imaginação já é um processo significativo, já é uma construção de sentido para os signos icônicos com os quais operamos.

Contudo, um segundo aspecto fundamental da semiótica consiste em mostrar que esses três tipos de signos e seus modos de significação não estão isolados como suas determinações abstratas por vezes nos dão a entender. O fato antes mencionado de todos os signos, para poderem ser signos, terem de possuir sob algum aspecto a natureza do símbolo, mostra que há uma interação necessária entre eles. Com efeito, nos sistemas de signos regidos pelo imperativo da regularidade e generalidade simbólica que são efetivamente operados pelos seres humanos, temos uma mistura caleidoscópica de ícones, índices e símbolos. Neste ponto, podemos entender

que o trabalho semântico da imaginação não está confinado à significação das imagens (ícones) extra-discursivos. Na medida em que os ícones já possuem um caráter simbólico, os símbolos (dimensão em que encontramos as palavras) também supõem os ícones que a eles podem estar associados.<sup>15</sup>

Até aqui, porém, poder-se-ia alegar que a operação da imaginação com ícones extra-discursivos estaria apenas *suposta* na operação com os símbolos discursivos, mas não atuaria neste nível. E esta alegação, na realidade, refletiria claramente a distinção ainda corrente na psicologia cognitiva entre o nível imagético da mente e seu nível proposicional. Contudo, dentro da dimensão simbólica do discurso (bem como de outros códigos simbólicos, como aqueles que compõem a matemática), percebemos que determinados símbolos possuem efetivamente uma função indicial e icônica de significação. Os exemplos de símbolos discursivos indiciais são bastante fáceis de se encontrar: todos os pronomes em geral são símbolos indiciais, muitas das preposições, bem como os nomes próprios usados em sua função denotativa direta. Mas onde estariam os símbolos discursivos com função icônica? A resposta a esta pergunta aponta diretamente para o que quero enfatizar neste texto: o caráter icônico dos símbolos discursivos se encontra no que a tradição chamou de figuras retóricas.<sup>16</sup> A própria expressão “figura”

15 O que percebemos nestas considerações é justamente que o aparato conceitual da análise semiótica da significação dissolve dois dogmas da teoria tradicional da significação: a separação rígida (por gênero) entre palavras e coisas, bem como a separação rígida entre imagens e palavras. De modo mais preciso, coisas e imagens podem funcionar como signos tanto quanto, de modo mais evidente, palavras (e outros símbolos) funcionam como signos. A significação não é uma propriedade exclusiva das palavras ou de símbolos convencionais, mas justamente se cristaliza e se torna estável nos sistemas simbólicos porque se enraíza e se estende às próprias coisas (através dos índices) e suas imagens (através dos ícones). Embora imagens e coisas não tenham significado do mesmo modo que os símbolos, os símbolos possuem significado não apenas porque pressupõem a significação de coisas e das imagens, mas também e sobretudo porque a dimensão simbólica incorpora tais significações através de símbolos icônicos e indiciais. Que tal quadro conceitual está presente na semiótica de Peirce pode ser evidenciado pela seguinte passagem: “Um *símbolo* é um signo naturalmente adequado a declarar que o conjunto de objetos que é denotado por qualquer conjunto de índices que possa, sob certos aspectos, a ele estar ligado, é representado por um ícone a ele associado. Para mostrar aquilo que esta complicada definição significa, tomemos como exemplo de um símbolo a palavra ‘ama’. Associada a esta palavra está uma ideia, que é um ícone mental de uma pessoa amando uma outra. Devemos entender que ‘ama’ ocorre numa sentença, pois aquilo que ela pode significar por si mesma, se é que significa algo, não interessa aqui. Seja, então, a sentença ‘Ezequiel ama Hulda’. Assim, Ezequiel e Hulda devem ser ou conter índices, pois sem índices é impossível designar aquilo sobre o que se está falando. Uma simples descrição qualquer deixaria incerto se eles são ou não são personagens em uma balada [sc. em um texto ficcional]; porém, quer eles o sejam ou não, índices podem designá-los. Pois bem, o efeito da palavra ‘ama’ é que o par de objetos denotado pelo par de índices Ezequiel e Hulda é representado pelo ícone ou imagem que temos, em nossas mentes, de um enamorado e sua amada” (PEIRCE, 2005, p. 71-72). Nesta passagem o conceito de ícone ainda é usado como sinônimo de imagem mental extra-discursiva, mas a seguir mostrarei que os ícones podem também ter uma função simbólica que se entranha diretamente no discurso.

16 Em sua descrição dos tipos possíveis de ícones (o que Peirce chama de “hipoícones”), encontramos a abertura para esta tese: “Os hipoícones, *grosso modo*, podem ser divididos de acordo com o modo de Primeiridade de que participem. Os que participam das qualidades simples, ou Pri-

para falar destes expedientes discursivos sugere uma ligação latente com a noção de imagem e, no presente contexto, com a característica peculiar dos signos icônicos.

Contudo, para podermos compreender adequadamente como se dá esse trabalho da imaginação sobre o sentido do discurso através da operação com figuras retóricas tomadas enquanto símbolos icônicos, é necessário antes mostrar como a imaginação é uma condição necessária para podermos operar (aplicar e compreender) a tradicional distinção entre sentido literal e sentido figurado, pois a noção de sentido figurado é indispensável para se poder compreender adequadamente as figuras retóricas em toda as suas possibilidades expressivas para o discurso dialógico e narrativo.<sup>17</sup>

## 2. SENTIDO LITERAL E SENTIDO FIGURADO: A CORRELAÇÃO ENTRE MEMÓRIA SEMÂNTICA E IMAGINAÇÃO SEMÂNTICA

A atuação da imaginação ao nível do sentido das sentenças e seus termos componentes (especialmente através das figuras retóricas) pode ser justificado se mostrarmos que e como a imaginação é uma condição para operar a distinção entre sentido literal e sentido figurado destas mesmas

---

meira Primeiridade, são *imagens*; os que representam as relações, principalmente as diádicas, ou as que são assim consideradas, das partes de uma coisa através de relações análogas em suas próprias partes, são *diagramas*; os que representam o caráter representativo de um *representamen* através da representação do paralelismo com alguma outra coisa, são *metáforas*” (PEIRCE, 2005, p. 64, grifos do autor). Fazendo uma decodificação resumida do trecho, Peirce aponta para o fato de que os ícones em sua primeira forma concreta se manifestam como imagens, mas também podem significar ao modo de índices quando tomam a forma de diagrama e podem significar ao modo de símbolos quando tomam a forma de metáforas. Curiosamente, em contraste com as imagens e os diagramas, Peirce nada mais fala sobre a função simbólica dos ícones como metáforas. Neste sentido, acredito que as considerações aqui feitas são uma extensão e complemento do que fica apenas indicado no trecho citado. Assim, tomando outras passagens em que fala do ícone na função de metáfora, acredito que o termo “metáfora” aqui é uma metonímia para indicar a totalidade das figuras retóricas em que se pode identificar a função simbólica dos ícones.

<sup>17</sup> Para um tratamento mais abrangente do papel da imaginação na construção e interpretação intersubjetiva da significação discursiva seria necessário considerar também a distinção entre referência factual e referência ficcional. Apenas a título de breve esclarecimento sobre este ponto, cumpre dizer que as teorias da referência tradicionais, oriundas de Frege e Russell (desconsideradas as diferenças entre ambos), acabam por banir a possibilidade de se falar em uma referência ficcional, entendendo toda referência como factual por conta de tomarem o conceito de verdade como o critério para determinar a referência em geral. Todavia, mesmo permanecendo no campo desta concepção tradicional da referência, a imaginação é pressuposta na medida em que se tem de ao menos lidar com a possibilidade de objetos e conceitos ficcionais ou imaginários, ainda que para negar tal possibilidade. No contexto mais recente, porém, a noção de referência ficcional tem sido discutida, em grande parte motivada pelo advento da semântica dos conceitos e expressões modais, nas quais a noção de situações contrafactuais se torna inescapável e, assim, ao menos a noção de uma capacidade da imaginação conceber estados de coisas alternativos àqueles efetivamente atualizados ou mesmo atualizáveis. Uma excelente abordagem da imaginação como condição necessária para a construção e compreensão das situações contrafactuais encontra-se em BYRNE, 2005.

sentenças e termos operados nas diversas modalidades e atitudes discursivas realizadas pelos seres humanos. É notória a dificuldade de apresentar uma definição única e consensual sobre o que seja o sentido literal de uma sentença e seus termos componentes. Por conta disso, dado que a análise do sentido figurado depende da noção de sentido literal, também a noção de sentido figurado é polissêmica. Ao mesmo tempo, também é notória a necessidade de se poder ao menos supor a noção de sentido literal para se poder operar (aplicar e compreender) a noção correlativa de sentido figurado. Como quer que se entenda a definição de sentido literal, é certo que o sentido figurado é definido e compreendido como uma alteração ou desvio do sentido literal.<sup>18</sup>

Em lugar de apresentar uma definição idealizada e mesmo tendenciosa de sentido literal e, assim, de sentido figurado, é possível abordar a correlação entre essas duas noções sem precisarmos decidir se este par conceitual possui uma única definição unívoca ou se é polissêmico de um modo não redutível a uma definição única, como provavelmente não parece ser. Essa abordagem que contorna a dificuldade pode ser feita se investigamos o par literal-figurado aplicado ao conceito de sentido a partir das capacidades mentais necessárias para sua operação.

Se levamos a sério as investigações da psicologia cognitiva recente, então é necessário postularmos um tipo de função da memória que não se volta para nenhum dos cinco modos perceptivos (memória visual, memória ecoica etc.), nem é condicionada diretamente por determinações temporais de vários tipos (memória de curto e longo prazo, memória episódica e memória autobiográfica). Tal função é justamente aquela denominada de memória semântica, na qual se supõe que a significação (mais exatamente o sentido possível) dos termos e sentenças estejam codificados de algum modo a partir dos esquemas conceituais mais gerais que tornam tal codificação possível e operável.<sup>19</sup>

Como quer que descrevamos este tipo de memória, sua existência é amplamente comprovada por conta do estudo dos vários tipos e casos de afasia, ou seja, pelos vários distúrbios que afetam nossa capacidade de produzir e interpretar frases com sentido. A partir deste quadro conceitual de fundo, podemos caracterizar o sentido literal não como algum tipo de

18 Em uma minuciosa análise do conceito de sentido literal (*literal meaning*), Raymond Gibbs Jr. indica haver ao menos cinco acepções diversas em que este conceito é operado nas análises do sentido figurado. Cf. GIBBS, 1994, p. 75 ss.

19 Para um panorama sinóptico sobre o surgimento e os diversos modelos conceituais para analisar a memória semântica, sua vinculação com a representação de conceitos e com a codificação hierárquica dos esquemas conceituais, assim como a relação destes esquemas com a experiência, veja-se RUIZ-VARGAS, 1994, caps. 7-8, 10.

definição primeira ou última associada às sentenças e termos que as podem compor. Antes, podemos entender que o sentido literal indica aquelas correlações semânticas entre conceitos que permitem uma caracterização habitual para certo grupo de falantes sobre o sentido e a referência costumeiros de suas sentenças e dos termos que as compõem.

Destarte, tomando a perspectiva da psicologia da linguagem recente, aplicamos e compreendemos o sentido literal das sentenças e seus termos porque tal sentido está de certo modo “mapeado” na memória semântica, ou seja, por nossa capacidade de manter, de modo parcialmente independente das situações espaço-temporalmente determinadas (que são objeto da memória episódica), esquemas conceituais gerais estruturados em estereótipos e protótipos que nos permitem operar as sentenças e termos de uma língua.<sup>20</sup> Deste ponto de vista, o sentido literal de uma sentença e de seus termos componentes pode ser considerado como aquele conjunto de “nós” usualmente ligados em uma “árvore” ou “rede” semântica partilhada pelos falantes.

O sentido literal das sentenças e dos termos de uma língua, portanto, não é composto por estruturas fixas ou ideais pressupostas desde sempre e para sempre pelos falantes, mas reflete estruturas parciais, abertas e temporárias que estão necessariamente em transformação. Isso indica, de um lado, que sempre supomos algum sentido literal ao operarmos uma língua, mas, de outro, que este sentido literal pode ser tanto fluido e dependente de contextos no que tange aos ramos mais recentes de nossas “árvores” semânticas – na medida em que são mais dependentes das variações idiomáticas de curto e médio prazo – quanto pode ser mais estável e duradouro no que tange aos ramos mais antigos e mais próximos do tronco central, entendido como o conjunto dos conceitos (“categorias”) e esquemas conceituais mais

20 A noção de estereótipo é proposta por Putnam e indica aquele conjunto de características descritivas que em determinado estágio de uma língua ou de um campo de saber é usualmente associado a um termo geral em sua função denotativa, sem, entretanto, constituir uma descrição definida rígida aplicável aos seus referentes em todos os mundos possíveis. Cf. PUTNAM, 1997/1975. A noção de protótipo é proposta por Eleanor Rosch (haurida da noção de parentesco de família elaborada por Wittgenstein) e desenvolvida especialmente por George Lakoff em sua teoria da categorização nas línguas naturais. É Lakoff quem aproxima as duas noções, entendendo que a significação prototípica de um termo geral em seu uso situado em determinado momento de uma língua e seus falantes é assimilável ao estereótipo tal como descrito por Putnam. Cf. LAKOFF, 1987, esp. cap. 11. Podemos dizer que o sentido literal consiste no estereótipo momentâneo (conjunto de características associadas a um termo geral ou mesmo a um nome próprio) inscrito na memória semântica e partilhado pelos falantes, e que tal estereótipo tende a se organizar em certa hierarquia ou protótipo que varia com o tempo. Entendo que todos os estereótipos são estruturados em representações prototípicas, de tal modo que uma alteração do sentido literal pode se dar mesmo quando todas as características do estereótipo são mantidas, mas apenas sua ordenação hierárquica é alterada. Inversamente, uma alteração no sentido literal pode se dar pelo acréscimo ou substituição de uma ou várias das características do estereótipo mantendo-se a ordem hierárquica do protótipo.

gerais partilhados pelos falantes em um nível mais implícito de suas operações discursivas, esquemas que necessariamente se enraízam tanto em uma tradição cultural de longo prazo quanto em nossa constituição psicossomática mais geral e nossas habilidades gerais de adaptação ao mundo natural.

Em outros termos, o sentido literal das sentenças e dos termos operados pelos usuários de uma língua não é uma propriedade intrínseca, essencial e definitiva dos mesmos, nem dos conceitos e esquemas conceituais que os tornam possíveis e compreensíveis para outros falantes (mesmo de outras línguas e épocas), mas é dado pela familiaridade (“hábito”) com que determinados percursos na rede semântica codificada na memória são ativados quando da operação com as sentenças e seus termos componentes em determinado contexto cultural ou mesmo em determinado campo de saber.

Em contraste com isso, o sentido figurado das sentenças e/ou seus termos componentes consiste em algum tipo ou grau de alteração destes percursos usuais que perfazem as redes semânticas partilhadas por familiaridade entre os falantes de uma época ou de um campo de saber. O sentido figurado, portanto, carrega em si algum tipo de inovação semântica relativamente às redes semânticas partilhadas por determinados falantes, ou seja, em relação ao que, em determinada época ou campo, é assumido como o sentido literal das sentenças e seus termos componentes. Se entendemos que o sentido literal é aquele percebido em determinado estágio de uma língua partilhada por um número relevante de falantes como um conjunto de estereótipos e protótipos habitualmente associados a uma sentença e seus termos, então podemos indicar dois tipos de alteração semântica: um tipo mais espontâneo e mesmo imperceptível que se dá pelo acréscimo de novos itens ao estereótipo ou ao protótipo partilhado (essa mutação semântica se dá segundo a metáfora da sedimentação geológica); e outro tipo que consiste na alteração da própria estrutura do estereótipo ou mesmo sua substituição voluntária por outro estereótipo ou protótipo (algo que pode ser visualizado segundo a metáfora dos eventos geológicos dramáticos).<sup>21</sup>

Por conseguinte, a noção de sentido figurado pode ser compreendida como o fenômeno comum de transformação dos padrões usuais de nossa memória semântica: sejam tais alterações passageiras e episódicas (mantendo praticamente intacto o estereótipo ou protótipo e se limitando a efeitos contextuais passageiros ou que só serão “registrados” a médio e longo prazo), sejam alterações que marcam uma transformação permanente

21 É possível aqui fazer uma analogia com a descrição feita por Thomas Kuhn sobre os paradigmas que modelam o trabalho nas ciências. A mutação gradativa estaria para o trabalho dos cientistas dentro de um paradigma partilhado e explorado, enquanto a mutação rápida estaria para aqueles momentos em que um paradigma é substituído por outro.

e inelutável de nossa memória semântica (onde o estereótipo ou o protótipo operado pela memória semântica é alterado em algum grau maior ou menor de forma imediatamente perceptível). Neste ponto, podemos introduzir de modo bem assentado que se a memória semântica é a capacidade de codificação estabilizadora dos estereótipos ou protótipos que permitem a operação (aplicação e compreensão) das sentenças e termos em sentido literal, então *parece necessário postular a existência de uma função semântica da imaginação como capacidade de alteração (episódica e gradual ou indelével e radical) do sentido literal codificado e partilhado por familiaridade pelos falantes de uma língua em determinado lapso temporal de uma língua ou de um campo de saber nela realizado.*<sup>22</sup>

Portanto, o sentido figurado das sentenças e seus termos componentes alteram essas redes semânticas, de tal modo que sua construção e compreensão necessitam de um trabalho de interpretação que não poderia ser realizado exclusivamente por meio da memória semântica, a qual está essencialmente voltada para a operação (aplicação e compreensão) dos padrões habituais (o sentido literal) já partilhados pelos falantes de uma língua. A inovação semântica realizada nas sentenças e termos operados em sentido figurado implica um alargamento e uma transformação de nossa memória semântica enquanto capacidade de reconhecer padrões de sentido e esquemas conceituais já existentes e aprendidos. É preciso reconhecer a existência de processos mentais criativos para construir e interpretar estes usos que ultrapassam os “mapas conceituais” já desenhados na memória semântica.

Na realidade, parece haver uma solidariedade sinérgica entre a memória e a imaginação neste ponto, pois muitas das sentenças ou de seus termos componentes que anteriormente eram operados em sentido figurado, posteriormente passam a ter um sentido literal na medida em que já estão codificadas na memória e podem ser reconhecidas como já mapeadas pelos esquemas apreendidos e consolidados. Assim, a produção e interpretação de sentenças com sentido figurado, ou seja, de sentenças cujo sentido possui algum grau de novidade e criatividade em relação aos estereótipos e mesmo em relação aos protótipos de fundo já existentes só são possíveis por um trabalho ativo (mesmo que involuntário ou randômico) de operação destas sentenças por parte da imaginação ao nível do sentido e não apenas no nível da representação em sua acepção fregeana.

Apesar de ainda caricatural e provisória, esta apresentação su-

22 A correlação entre memória semântica e uma função semântica da imaginação foi recentemente proposta em um artigo onde esta correlação é claramente colocada como ainda necessitando de amplas pesquisas empíricas. Cf. ABRAHAM-BUBIC, 2015.

mária indica que o sentido literal, em qualquer de suas acepções possíveis, é aquele sentido já registrado na memória semântica, enquanto o sentido figurado, também em qualquer de suas possíveis acepções, constitui uma inovação em relação ao sentido literal, inovação que só pode ser atribuída a um trabalho da imaginação diretamente sobre o sentido literal das sentenças e seus termos e não apenas ao nível puramente imagético que acompanha a operação discursiva ao nível proposicional da mente, ou mesmo apenas como um conjunto indeterminado de efeitos psíquicos provocados pelo uso metafórico do sentido literal das sentenças ou seus termos componentes.<sup>23</sup> Em suma, assim como a já reconhecida dimensão semântica da memória aponta para um campo da memória que não se restringe ao campo tradicional da imageria mental, também o trabalho de alteração do sentido literal através do sentido figurado mostra que a imaginação atua não apenas ao nível do preenchimento ou acompanhamento imagético das proposições, mas também ao nível proposicional do sentido das sentenças e seus termos componentes.<sup>24</sup>

### 3. IMAGINAÇÃO SEMÂNTICA, ANALOGIA E FIGURAS RETÓRICAS: EM DIREÇÃO A UMA ANÁLISE NATURALISTA DA SIGNIFICAÇÃO LITERÁRIA

Apresentados alguns argumentos gerais em favor da imaginação como condição necessária para operarmos a distinção entre sentido literal e sentido figurado, podemos passar à parte final deste ensaio: apresentar de modo mais detido a função semântica da imaginação através de uma análise semiótica das chamadas figuras retóricas, bem como indicar sumariamente como tal análise permite um tratamento naturalista da literatura.

Nas diversas tentativas de determinar, classificar e ordenar as figuras retóricas, encontramos a mais completa (e complexa) teorização ocidental sobre as formas, funções e tipos que o sentido figurado das sentenças e dos seus termos componentes podem assumir. Meu argumento geral é bastante simples: se é correto dizer que a função semântica da imaginação (em cor-

<sup>23</sup> Esta última alternativa é aquela proposta explicitamente por Davidson (1991/1975), o qual segue indicações implícitas feitas por Frege (2002, p. 18-19).

<sup>24</sup> A partir deste quadro conceitual seria possível fazer uma abordagem filosófico-cognitiva de problemas bastante discutidos no contexto da linguística desde o século XIX (mas praticamente ignorados pela maioria dos filósofos), em especial os problemas da mutação semântica das sentenças e termos de uma língua, o problema da passagem de metáforas vivas a metáforas mortas, bem como o problema da criatividade linguística, problema este não apenas entendido do ponto de vista hegemonicamente sintático em que é apresentado por Chomsky, mas também estendido ao ponto de vista semântico e pragmático da significação discursiva. Por conta da brevidade necessária ao presente artigo, deixo de lado a discussão desses problemas a partir do quadro conceitual acima delineado.

relação com a memória semântica) pode ser colocada como condição para a operação (aplicação e compreensão) do sentido figurado e que tal operação consiste na construção de imagens discursivas por meio da função icônica dos símbolos, então esta função pode ser evidenciada justamente através de certas características encontradas nas figuras retóricas.

Tendo em vista que não apenas há centenas de figuras retóricas identificadas, mas que também há diversos modos pelos quais essas figuras foram e são ordenadas, cumpre dizer que não me interessa aqui propor nenhuma classificação exaustiva das mesmas, mas sim o modo como as figuras retóricas podem manifestar a operação da imaginação ao nível do sentido das sentenças e seus termos componentes, ou seja, a operação da imaginação na construção e interpretação do sentido figurado enquanto construção e compreensão de símbolos icônicos.<sup>25</sup> De modo geral, quero defender essa ligação entre o trabalho semântico da imaginação e a construção e interpretação dos símbolos icônicos a partir da hipótese segundo a qual tal correlação se realiza por meio da operação lógico-psicológica da analogia.

Antes de passar aos argumentos mais decisivos em favor dessa hipótese, convém determinar melhor o estatuto semiótico das figuras retóricas. Podemos caracterizar as figuras retóricas mais propriamente como dispositivos discursivos gerais e intersubjetivos através dos quais podemos operar o discurso para constituir (formar, transmitir e transformar) uma concepção sobre algo, bem como os argumentos para torná-la persuasiva a nós mesmos e a outros. Essa caracterização, porém, contrasta em vários pontos com a visão tradicional das figuras retóricas.

Na compreensão usual das figuras, estas formas foram entendidas através de duas características supostas como correlativas: (i) serem ornamentos que embelezam o discurso ou que servem como um tipo de recurso didático para facilitar o acesso ao seu sentido literal; (ii) serem dispositivos discursivos capazes de realizar algum tipo de alteração do sentido literal das sentenças e de seus termos componentes. De saída, quero dissociar essas duas características e indicar que somente a segunda delas (devidamente reinterpretada) é indispensável para compreender de modo abrangente a operação discursiva das figuras retóricas. A ideia geral de que as figuras

25 Uma recente e bem fundamentada tentativa de ordenar a pletora das figuras retóricas segundo a distinção contemporânea entre sintaxe, semântica e pragmática se encontra em PLETT, 2010. Uma análise crítica sobre os critérios e problemas das tentativas de ordenação das figuras nos tratados retóricos dos séculos XVIII e XIX (nos quais de certo modo se encerra uma época da retórica) encontra-se em TODOROV, 2014, cap. 3. Como um leitor mais avisado no tema já pode ter percebido, utilizo aqui a expressão “figura retórica” para abranger a separação usual feita na estilística entre tropos (sentido figurado dos termos dentro da sentença), figura de linguagem (sentido figurado da sentença como um todo) e figura de pensamento (sentido figurado de um conjunto de sentenças agrupadas por algum tipo de intenção geral ou por um gênero discursivo).

seriam ornamentos para embelezar o discurso ou recursos meramente propedêuticos e ilustrativos me parece apenas uma compreensão superficial e parcial da motivação que deu origem à constituição da retórica, bem como do papel mais abrangente e relevante dessas figuras independente de qualquer momento da história da retórica: ser uma técnica discursiva e argumentativa que tem por finalidade persuadir um auditório a aceitar ou recusar uma concepção sobre algo.

Apesar da influente teoria aristotélica dos gêneros aos quais se aplica a retórica (judicial, epidítico e deliberativo), já na antiguidade era algo geralmente aceito que tal técnica poderia ser utilizada por qualquer discurso de qualquer campo de saber para tratar de qualquer assunto.<sup>26</sup> Neste primeiro estágio da história da teorização retórica, as figuras aparecem como mais um meio auxiliar para realizar a finalidade desta técnica e não como seu foco central. A ideia de que a retórica se restringiria ao estudo das figuras (quer para aplicá-las no discurso, quer para interpretar os discursos que delas fazem uso) parece ser uma visão tipicamente pós-renascentista, quando a retórica retorna ao palco das atenções intelectuais do ocidente moderno. Neste contexto, em paralelo com o surgimento da noção de ciência, a retórica parece ser confinada ao estudo das figuras e estas passam a ser entendidas essencialmente como ornamentos presentes apenas nos textos literários ou, no máximo, como recursos para esclarecer e tornar acessíveis discursos que poderiam delas prescindir. Na realidade, a ideia moderna das figuras enquanto ornamentos (ou recursos didáticos) pode ser compreendida como um passo decisivo na formação de uma imagem estética da retórica, de tal modo que, mesmo quando as figuras são retomadas no século XX, elas o são como parte da teoria literária usualmente chamada de estilística.

Na realidade, as figuras, em muitíssimos casos dos discursos de todo tipo (e não apenas nos discursos tipicamente literários) não são nem apenas ornamentos rebuscados que se fazem necessários nos textos ficcionais para que estes se tornem atrativos, nem apenas uma espécie de recurso didático e posteriormente dispensável que facilitaria a compreensão de uma

26 No caso de sofistas como Górgias (malgrado este pareça ter negado o epíteto de sofista), bem como de retóricos como Cícero e Quintiliano, a universalidade da técnica retórica é notória e pode ser apenas indicada. No caso de Aristóteles, porém, mesmo se sobrepondo a tese dos três gêneros privilegiados nos quais a argumentação retórica é imprescindível, a universalidade da retórica aparece em sua definição mais geral: "Entendo por retórica a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir. Esta não é seguramente a função de nenhuma outra arte; pois cada uma das outras é apenas instrutiva e persuasiva nas áreas de sua competência; como, por exemplo, a medicina sobre a saúde e a doença, a geometria sobre as variações que afetam as grandezas, e a aritmética sobre os números; o mesmo se passando com todas as outras artes e ciências. Mas a retórica parece ter, por assim dizer, a faculdade de descobrir os meios de persuasão sobre qualquer questão dada. E por isso afirmamos que, como arte, as suas regras não se aplicam a nenhum gênero específico de coisas" (*Retórica*, I, 2, 1355b 20 ss).

concepção sobre algo. Antes, como tentei indicar em outro texto no tocante ao chamado sentido literário da filosofia (DE ALMEIDA, 2015) e como diversos autores recentes têm enfatizado, em muitos casos, a estrutura dos argumentos em favor de uma concepção seria simplesmente destruída ou mal interpretada se tentássemos parafraseá-la sem o uso dessas figuras, e, sobretudo, a própria formação de uma concepção sobre algo necessita fazer uso das figuras como procedimentos heurísticos de investigação.<sup>27</sup>

Para além das teorizações recentes sobre as figuras retóricas provenientes da psicologia e da linguística, acredito que é possível justificar filosoficamente tal perspectiva a partir de uma exploração da noção de retórica formal ou especulativa proposta por Peirce, cognitivamente orientada. De modo ainda mais inserido no presente ensaio, se a significação entendida a partir da semiótica é uma via de acesso privilegiada para uma concepção empiricamente mais adequada da relação pensamento-linguagem-mundo, então o papel das figuras nesta mesma relação pode ser justificado através de uma apropriação original do que Peirce apenas indicou com o nome de retórica formal. Embora tenha deixado apenas indicações gerais sobre a retórica formal, ela é descrita como a terceira parte da semiótica, parte esta que “trata das condições formais da força dos símbolos, ou seu poder de apelo a uma mente, ou seja, de sua referência em geral aos interpretantes” (PEIRCE, 1965, v. 1, § 559, p. 297; tradução minha).<sup>28</sup> Mesmo não podendo

27 É claro que as figuras podem ser usadas com a finalidade de ornamentar, deleitar ou tornar mais facilmente compreensível uma concepção. Contudo, tais usos das figuras são aqueles mais fracos e que tendem a ser descartados ao longo da tradição posterior a sua ocorrência. A função mais nobre e mais importante das figuras retóricas consiste em serem dispositivos heurísticos através dos quais é possível alterar as concepções existentes sobre determinado assunto ou, mais fortemente, apresentar novas concepções sobre algo. Os autores que tenho aqui em vista são aqueles que, a partir dos estudos seminais da metáfora iniciados por George Lakoff e Mark Johnson, exploram o que se tem chamado de poética cognitiva, na qual aqueles expedientes antes considerados apenas literários são mostrados como se enraizando nos processos mentais de nossa vida comum. A partir de suas análises, mostra-se que a parafrase supostamente literal dos processos mentais (de resto, não apenas mentais no sentido cartesiano e dualista) que são operados por meio das figuras retóricas ou é impossível ou acaba por distorcer seu sentido original.

28 A versão mais abrangente da arquitetura conceitual da semiótica delineada por Peirce consiste em uma retomada recriadora do *trivium* clássico enquanto modo mais antigo e mais difundido de organização dos saberes sobre a linguagem. Assim, a semiótica seria composta por uma gramática formal, uma lógica crítica e uma retórica formal. A gramática formal investiga as condições mais básicas para que os signos (isoladamente ou em conjunto) possam ter significado. A lógica crítica investiga as condições formais e necessárias segundo as quais os signos, especialmente na forma das proposições e das inferências, possam ser verdadeiros. De todo modo, a noção de retórica formal indicada por Peirce em diversas passagens de sua obra, diferentemente das outras duas partes da semiótica, não recebeu dele nenhum desenvolvimento maior, o que corrobora ainda mais a menção anterior de que a semiótica peirceana é mais um campo a ser explorado do que uma doutrina acabada. É importante notar que, enquanto a retórica clássica é compreendida como uma técnica a ser operada por quem a estuda ou aplicada à análise dos textos literários, a retórica formal de Peirce se concebe como uma teoria descritiva sobre as condições formais que permitem a transmissão e interpretação dos signos simbólicos entre as diferentes mentes de uma mesma época ou de épocas distintas. Com

entrar aqui nos detalhes relativos ao complexo conceito peirceano de interpretante, cumpre notar que ele é um dos pilares fundamentais na arquitetura conceitual de sua semiótica, sendo também o conceito que permite a correlação entre a parte mais propriamente lógica da semiótica e sua contrapartida histórica e psíquica.<sup>29</sup>

Traduzindo parcialmente a terminologia de Peirce aos conceitos que estamos operando neste texto, o interpretante corresponde ao que podemos chamar de sentido do signo. Na passagem citada, a ideia de que a retórica formal trata da referência em geral dos signos simbólicos (dentre os quais o discurso) a seus interpretantes pode ser compreendida como o estudo das condições pelas quais se torna possível que os signos mantenham certo núcleo de sentido em sua transmissão entre as diferentes mentes (ou entre momentos distintos de uma mesma mente), mentes que os operam (aplicam e compreendem) na torrente de uma tradição histórica.

Contudo, devemos evitar aqui a ideia de que este sentido não se altera (como no quadro conceitual da semântica fregeana) ao longo desta transmissão. Importa frisar que Peirce foi praticamente o único teórico da significação que tentou dar conta do fenômeno tão ubíquo quanto complexo da mutação semântica dos signos em sua existência temporal sem recair em algum tipo de relativismo linguístico.<sup>30</sup> Essa transmissão, porém, não é

---

isso, o adjetivo “formal” indica que a retórica clássica é englobada na retórica formal entendida como uma passagem de um saber técnico prescritivo e dependente de contextos particulares para um saber teórico descritivo independente porque universal ou, no mínimo, universalizável. Para além dos detalhes específicos da proposta peirceana de uma retórica formal, uma ideia análoga da retórica (integrada com a dialética ou técnica da argumentação) se encontra nos desenvolvimentos do que se tem chamado de lógica informal, a qual recebeu impulso decisivo com o trabalho de Perelman sob a rubrica geral do que denominou de nova retórica. A seguinte passagem da obra maior que expõe esta perspectiva, *Tratado da argumentação: a nova retórica*, mostra bem como Perelman e sua colaboradora nesta obra, Olbrechts-Tyteca, assumem uma visão sobre as figuras retóricas congruente com aquela aqui defendida: “Para nós, que nos interessamos menos pela legitimação do modo literário de expressão do que pelas técnicas do discurso persuasivo, parece importante não tanto estudar o problema das figuras em seu conjunto quanto mostrar *em que e como o emprego de algumas figuras determinadas se explica pelas necessidades da argumentação*” (PERELMAN-TYTECA, 1996, p. 190, grifo dos autores).

29 Exposições minuciosas sobre os vários sentidos do conceito de interpretante em Peirce podem ser encontradas em SANTAELLA, 2008, cap. 3, e em SHORT, 2007, cap. 7. A vinculação da retórica formal com a história fica clara em uma das descrições gerais sobre o tema dessa parte da semiótica: “In its broader sense [*sc.* ‘logic’], it is the science of the necessary laws of thought, or, still better (thought always taking place by means of signs), it is general semeiotic, treating not merely of truth, but also of the general conditions of signs being signs (which Duns Scotus called *grammatica speculativa*), also of the laws of the evolution of thought, which since it coincides with the study of the necessary conditions of the transmission of meaning by signs from mind to mind, and from one state of mind to another, ought, for the sake of taking advantage of an old association of terms, be called *rethorica speculativa*” (PEIRCE, 1965, v. 1, § 444, p. 242).

30 Esta bela passagem é suficiente para evidenciar isso: “To be sure, this requisite [*sc.* the exactness of terminology in science] might be understood in a sense which would make it utterly impossible. For every symbol is a living thing, in a very strict sense that is no mere figure of speech. The body of the symbol changes slowly, but its meaning inevitably grows, incorporates new elements

feita primariamente por símbolos (palavras) isolados, nem mesmo por meio de símbolos ordenados na forma de proposições, mas é feita, sobretudo, através dos argumentos.

Assim, a retórica formal estuda o modo pelo qual os signos simbólicos do discurso, especialmente na forma dos argumentos, possuem certa força persuasiva que permite sua transmissão e justifica sua conservação através da história. Isso fica claro quando, logo após o trecho acima citado, Peirce estabelece os argumentos como o terceiro tipo de unidade dos símbolos (quer na forma do discurso, quer na forma de outros sistemas simbólicos como aqueles elaborados pela lógica e pela matemática): “3º. Símbolos que, ademais, determinam de modo independente [sc. das variações subjetivas dos intérpretes] seus *interpretantes*, e assim as mentes às quais fazem apelo, tomando como premissa (*premissing*) uma proposição ou proposições que tal mente deve admitir” (PEIRCE, 1965, *ibidem*; tradução minha).

A partir disso, a visão aqui proposta das figuras retóricas dentro de um modelo conceitual semiótico nos diz justamente que tais figuras operam sobretudo *como dispositivos heurísticos e argumentativos* e não apenas como simples “recursos didáticos” em última instância dispensáveis em função da apresentação literal e direta de algo, e muito menos como “adeços”, “ornamentos” ou “vestimentas” de discursos (orais ou escritos) unicamente voltados ao deleite do espectador. Contudo, a presente apropriação da retórica formal de Peirce vai além deste ao entender que a retórica formal, enquanto teoria semiótica sobre a imaginação semântica e sua vinculação com as figuras retóricas, não apenas estuda a força persuasiva que permite a transmissão e manutenção do discurso através da história, mas também *o modo como as figuras retóricas em seu uso efetivo permitem a própria transformação e surgimento de novas concepções que alteram o panorama da história do discurso (e, portanto, da história humana) e que, por isso, tornam-se dignas de serem perpetuadas como fontes para novas concepções.*

Para retornarmos ao nosso foco principal e nos encaminharmos para o desfecho deste texto, apresentarei uma analogia. Assim como na tradição que discute e opera a figura da alegoria distingue-se entre a alegoria

---

and throws off old ones. (...) Every symbol is, in its origin, either an image of the idea signified, or a reminiscence of some individual occurrence, person or thing, connected with its meaning, or is a metaphor. Terms of the first and third origins will inevitably be applied to different conceptions (...).” (PEIRCE, 1965, v. 2, § 222, p. 130). Para além da ideia que a passagem pretende corroborar, é interessante notar que Peirce reivindica aqui o uso literal de uma expressão que à primeira vista poderia ser considerada como uma simples figura retórica de caráter didático. Diferente do que à primeira vista o uso da expressão “mere figure of speech” dá a entender, a reivindicação de um uso literal da noção de “coisa viva” aplicada ao símbolo corrobora justamente aquilo que estou tentando defender: o uso heurístico das figuras retóricas e não apenas seu uso meramente ornamental ou didático. Uma discussão sobre a noção de mutação semântica em Peirce, veja-se SHORT, 2007, cap. 10.

retórica (entendida como pertencente unicamente ao discurso) e a alegoria hermenêutica (entendida como um dispositivo metodológico e mental de interpretação), assim também podemos dizer que as figuras retóricas vistas a partir da retórica formal (como parte da semiótica) não são meramente expedientes “exteriores” ao discurso mesmo, mas são dispositivos formais através dos quais podemos constituir uma concepção sobre algo e os argumentos em seu favor.<sup>31</sup> E essa analogia é introduzida aqui não apenas como um argumento em favor da concepção semiótica das figuras retóricas, mas para introduzir aquilo que acredito ser a estrutura lógico-psicológica (com consequências ontológicas) da função semântica da imaginação ao operar as figuras retóricas: a analogia.

O tema da analogia tem sido amplamente estudado e desenvolvido a partir da década de oitenta do século passado na filosofia, mas sobretudo na psicologia, na linguística e na teoria da informação, chegando mesmo a ser considerado por alguns como o núcleo mesmo da vida mental.<sup>32</sup> Meu interesse, aqui, é apenas indicar de modo muito sucinto que o trabalho da imaginação para constituir símbolos icônicos através do uso das figuras retóricas se dá através da estrutura analógica. Para tanto, é possível apresentar esquematicamente esta estrutura de dois modos:

- 1 – A está para B na relação  $R^n$ , assim como B está para C na relação  $R^n$
- 2 – A está para B na relação  $R^n$ , assim como C está para D na relação  $R^n$

Algumas observações sobre estes esquemas são necessárias. Em primeiro lugar, a analogia é, de modo geral, um procedimento lógico-psicológico de pôr em correlação estrutural dois âmbitos ou domínios de objetos: o domínio fonte (*source domain*) e o domínio alvo (*target domain*).<sup>33</sup>

31 Sobre a diferença entre alegoria retórica e alegoria hermenêutica, veja-se HANSEN, 2006, caps. 1 e 3, e DE ALMEIDA, 2015. Contrariamente a Hansen, que localiza o surgimento da alegoria hermenêutica no início do medievo (seguindo implicitamente as indicações de Walter Benjamin), mostrei que a alegoria hermenêutica pode ser encontrada já nos fragmentos de Heráclito e, mais evidentemente, no recentemente descoberto papiro de Deverni.

32 Em tempos recentes, a estrutura lógica da analogia foi inicialmente estudada e exposta por Mary Hesse. Cf. HESSE, 1960. Na década de oitenta do século passado, diversos autores começaram a investigar a estrutura, os tipos e a importância da analogia em diversos campos. Para uma visão da analogia na psicologia, na teoria da computação e nas ciências, veja-se HELMAN, 1988. Para uma proposta de tomar a analogia como núcleo da cognição em geral, veja-se HOFSTADER-SANDER, 2013.

33 Esta abordagem da analogia como correlacionando psicológica e linguisticamente um domínio-fonte e um domínio-alvo funda-se em LAKOFF, 1987, cap. 17. Convém indicar que a noção de domínio de objetos deve ser tomada aqui não como sinônimo de gênero, espécie ou tipo natural, mas incluindo todo tipo de recorte possível de um conjunto de objetos e mesmo aspectos distintos

O domínio fonte é aquele já familiar e é usado como fundamento ou para esclarecer ou enfatizar algo no domínio alvo (que corresponde à visão hegemônica sobre as figuras), ou, de modo mais especulativo, pôr em evidência algo não conhecido no domínio alvo a partir de algo já suposto como sabido no domínio fonte (que corresponde à visão aqui exposta do uso mais nobre das figuras retóricas). Assim, a correlação estrutural estabelecida na analogia pode tanto ter uma finalidade didática de esclarecer ou enfatizar algo já sabido sobre o domínio alvo ou ter uma finalidade heurística (mais profunda e importante) de pôr pela primeira vez à luz certo aspecto ignorado do domínio alvo a partir do já sabido sobre o domínio fonte.

Em segundo lugar, é interessante notar que na tradição clássica e mesmo recente de investigação da analogia, no mais das vezes, apenas o tipo 2 é compreendido como um procedimento analógico. Tal visão remonta à descrição aristotélica da analogia como um tipo de metáfora (no sentido literal da palavra, ou seja, “transferência” ou “transposição”) em que se colocaria em relação de similaridade objetos pertencentes a gêneros distintos (Cf. *Poética*, 21, 1457b 6 ss). Embora tenha o mérito de ser a primeira esquematização conhecida da analogia, a caracterização aristotélica é ainda incompleta e parcial, uma vez que não abrange todo o espectro de atuação da analogia. Com efeito, o que se pode ver através dos esquemas 1 e 2 não é que a analogia é um tipo de metáfora, *mas que a metáfora (enquanto qualquer alteração de sentido dos termos que compõem uma sentença) é um tipo de analogia*, ou seja, que a metáfora, enquanto transferência de sentido de um termo para outro, opera especialmente através do esquema de tipo 1 acima exposto.<sup>34</sup>

---

de um mesmo objeto singular. Nessa perspectiva de consideração da analogia, ela opera não apenas uma correlação entre categorias fechadas, enumeradas e imutáveis que organizam os domínios de objetos, mas pressupõe uma visão segundo a qual as categorias são abertas, inumeráveis e móveis, alterando-se ao longo do tempo. Essa “mobilidade categorial” indica justamente que se deve evitar uma posição meta-ontológica fundacionista (para a qual haveria um sistema categorial fixo e mais fundamental ao qual todos os outros sistemas deveriam remeter ou serem reduzidos), bem como uma posição meta-ontológica relativista (para a qual haveria uma perpétua dispersão categorial e em que todos os sistemas categoriais seriam admissíveis). Assim, o trabalho da imaginação através da analogia corrobora *uma posição meta-ontológica que pode ser denominada de pluralista*, para a qual há uma multiplicidade de sistemas categoriais possíveis e não redutíveis ou remissíveis a um sistema fundamental, mas também que é necessário haver critérios (epistêmicos, pragmáticos e até culturais) que regulem a validade e aceitabilidade dos sistemas categoriais propostos. Sobre a relação entre os conceitos de analogia e categorização, veja-se TURNER, 1988.

34 Sobre a metáfora como um tipo de analogia, veja-se JONHSON, 1988. Embora a esquematização proposta por Aristóteles aponte para o esquema de tipo 2, pode-se entrever na seguinte passagem que Aristóteles pode ter indicado a analogia de tipo 1 (apesar de entender a analogia como um tipo de metáfora (transposição ou transferência)): “Por vezes falta algum dos quatro nomes na relação análoga, mas ainda assim se fará a metáfora [sc. a transferência de sentido]. Por exemplo, ‘lançar a semente’ diz-se ‘semear’; mas não há palavra que designe ‘lançar a luz do sol’, todavia esta ação tem a mesma relação com o sol, que o semear com a semente; por isso se dirá ‘semear uma chama criada pelo deus’” (*Poética*, 21, 1457b 25-30).

Em terceiro lugar, o índice “n” sobrescrito no símbolo “R” indica que a correlação analógica não põe apenas em analogia os domínios de objetos, mas as próprias relações que permitem correlacionar esses domínios. Quando as relações das duas partes correlacionadas são as mesmas, então a correlação analógica é proporcional e isomórfica, podendo ser parafraseada sem restos em enunciados com sentido literal. Todavia, quando as relações das duas partes correlacionadas são distintas, então a correlação é desproporcional e não-isomórfica, perdendo algo de seu sentido ao ser parafraseada, se e quando pode sê-lo. As analogias didáticas ou mesmo apenas ornamentais são do primeiro tipo. As analogias heurísticas ou especulativas são do segundo tipo. Assim, no uso mais nobre da analogia, esta se manifesta como um tipo de correlação entre domínios e também de correlações entre relações possíveis entre partes de cada um desses domínios. É claro que tais analogias são as mais arriscadas e mais sujeitas ao erro, mas também, por isso, são aquelas que nos permitem os maiores avanços em nossa compreensão dos objetos do mundo.

Por fim, uma última observação geral sobre os esquemas propostos acima (que nos permite voltar diretamente ao tema da imaginação) consiste no fato de as letras “A”, “B”, “C” e “D” poderem ser preenchidas por signos (ou complexos de signos) dos mais diversos tipos. Dentre estes tipos, aqueles que mais nos interessam são as descrições, as indicações e as imagens. Com efeito, a visão tradicional da imaginação como reproduzindo ou produzindo imagens extra-discursivas pode ser situada no trabalho da imaginação correlacionar analogicamente imagens (quer com uma finalidade didática ou estilística, quer com uma finalidade heurística). Esse aspecto é importante porque mostra que o trabalho da imaginação semântica inicia efetivamente com a correlação de imagens extra-discursivas já tomadas como signos com determinado sentido, de modo que é um erro acreditar que os processos significantes estariam restritos unicamente ao nível mental que lida com proposições, ou seja, com o nível mental que opera apenas com sistemas simbólicos, dentre os quais, de modo mais evidente, com o discurso. Mas como nosso foco aqui é justamente a operação da imaginação ao nível simbólico, especialmente no que tange à operação com os símbolos discursivos, os casos que nos interessam são aqueles em que os termos da analogia são preenchidos por descrições, as quais, ao participarem dos esquemas, se tornam símbolos icônicos descritivos (em contraste com os símbolos icônicos imagéticos e com os símbolos icônicos indiciais<sup>35</sup>).

35 Exemplos de símbolos icônicos imagéticos são: a balança equilibrada significando a equidade ou justiça e o yin-yang significando a complementaridade dos opostos. Exemplos de símbolos icônicos indiciais são: as linhas de latitude e longitude nos mapas e as flechas indicativas

Para poder entender toda a amplitude das operações da imaginação ao nível simbólico do discurso através da analogia, é preciso estabelecer uma distinção (aproximativa) entre o âmbito de atuação das figuras no discurso.<sup>36</sup> Primeiramente, as figuras retóricas podem atuar em algum dos termos (denotativos ou predicativos) das sentenças. Tal atuação corresponde aproximadamente ao que, na retórica clássica, se entende pela noção de tropo. Podemos dizer que tais figuras são modificações no sentido literal ao nível intraproposicional. Em segundo lugar, as figuras retóricas podem atuar na modificação do sentido da sentença como um todo. Tal atuação corresponde aproximadamente ao que, na retórica clássica, se entende pela noção de figura de linguagem. Do ponto de vista aqui adotado, podemos dizer que tais figuras são modificações do sentido literal ao nível proposicional. Por fim, as figuras podem atuar na correlação entre as sentenças. Na retórica clássica, tal operação tais foram chamadas de figuras de pensamento ou, por vezes, apontam para determinados estilos de composição. No quadro conceitual aqui proposto, tais figuras podem ser consideradas como modificando o sentido literal ao nível interproposicional.<sup>37</sup>

Através do procedimento analógico, preenchido com descrições, a imaginação realiza na forma das figuras retóricas a constituição de símbolos icônicos que alteram o sentido literal dos termos, das sentenças e das conexões entre sentenças, ou seja, que alteram as redes semânticas pertencentes à memória partilhada pelos usuários de uma língua. Tais símbolos icônicos, não raro, alteram também o conjunto dos ícones (imagéticos ou diagramáticos) que associamos aos termos, às expressões e às sentenças (frases) que permitem correlacionar nossos esquemas categoriais com os objetos da experiência, alterando (de modo lento ou rápido) esses mesmos esquemas

---

de direção.

36 Limite-me aqui a considerar as figuras que mais diretamente envolvem o nível semântico do discurso. Como é sabido, há figuras que atuam mais diretamente ao nível sintático (como o assíndeto, a anáfora e o trocadilho) e outras ao nível pragmático (como a ironia). Todavia, tal separação é apenas aproximativa, pois modificações no nível sintático e pragmático dos termos, das sentenças e das conexões entre sentenças podem provocar, muitas vezes, modificações no nível semântico, ou seja, ao nível do sentido literal.

37 Enquanto as classificações das figuras intraproposicionais e proposicionais por parte da retórica clássica podem ser consideradas como parcialmente satisfatórias, sua caracterização das figuras interproposicionais é totalmente insatisfatória. Na realidade, do ponto de vista semiótico (tanto aquele diretamente defendido por Peirce quanto aquele que aqui dele se depreende), o nível interproposicional é o mais importante para se poder determinar a significação (literal ou figurada) das sentenças e dos seus termos componentes. Neste sentido, a retórica formal teria de poder englobar tanto o que se chama de lógica informal ou teoria da argumentação quanto o que se tem chamado de linguística textual (centrada na determinação dos gêneros discursivos), além do que se tem chamado de estilística. Neste sentido, o papel interproposicional das figuras pode ser visto como indicando como estas figuras contribuem para determinar o uso peculiar de tipos de argumentos, de tipos textuais e de estilos de composição. Contudo, uma abordagem deste âmbito complexo da significação discursiva e dos possíveis papéis da imaginação semântica no mesmo é impossível aqui.

com o passar do tempo. Mesmo quando tal operação analógica fica mais oculta (especialmente no nível intraproposicional dos termos sentenciais), uma análise apurada permite explicitar a presença implícita desta operação.

Não é o caso, no curto espaço deste artigo, de apresentar exemplos, até porque as figuras são inumeráveis e seus usos (interproposicionais, proposicionais e interproposicionais) multiplicam de modo exponencial e caleidoscópico essa multiplicidade de tipos existentes. Ademais, em cada época, em cada campo de saber e em cada autor e obra percebemos uma individualidade que seria mutilada por meio de citações descontextualizadas.<sup>38</sup> De todo modo, é preciso entender que as figuras retóricas já reconhecidas pela retórica clássica e pela estilística ainda são organizadas de modo demasiado estanque e limitado. A operação analógica da imaginação através das figuras para formar símbolos icônicos mostra-se muito mais ampla do que o seu uso nos textos literários, estendendo-se não apenas ao caso dos textos filosóficos, científicos, técnicos e religiosos, mas também ao âmbito mais difuso do discurso público em que tais textos são produzidos, utilizados e absorvidos.

Na realidade, é justamente isso que diversos autores têm tentado evidenciar através do que se tem chamado de poética cognitiva: que as operações usualmente entendidas como características dos textos literários se enraízam nos processos mentais cotidianos e se estendem para além dos textos considerados como estritamente literários. Essa perspectiva, porém, não pretende desvalorizar os textos literários. Ao contrário, procura mostrar que tais textos, diferentemente de outros tipos de textos (como os filosóficos e os científicos) refletem de modo mais direto o conjunto complexo de operações mentais que realizamos em nossa vida através da linguagem. Por conta disso, a visão já corrente segundo a qual os textos literários são produtos da imaginação de seus autores e de seus leitores (entendidos como “cúmplices” na realização da significação discursiva inscrita nos textos) ganha um novo

38 Apresentei uma análise de como a imaginação semântica atua no caso de uma obra icônica da vanguarda literária, a saber: no *Ulisses* de James Joyce. Cf. DE ALMEIDA, 2014. No caso mais específico das figuras retóricas, mstrei como estas são procedimentos heurísticos indispensáveis na construção da primeira filosofia que faz uso intrínseco dos expedientes literários, a saber: nos aforismos de Heráclito. Cf. DE ALMEIDA, 2015. Neste último caso, o conceito de imaginação semântica ficou implícito, mas é possível, agora, dizer que a genialidade filosófica de Heráclito em seus argumentos em favor de sua concepção (aberta) de mundo ao nível das descrições, indicações e imagens nos aforismos pode ser vista como um trabalho monumental da imaginação ao nível semântico intraproposicional, proposicional e interproposicional, trabalho que não apenas tem uma influência decisiva do ponto de vista conceitual em toda a filosofia grega e ocidental posterior, mas que inaugura de modo explícito na história da literatura ocidental o gênero literário do aforismo. Indicações gerais sobre um papel da imaginação na constituição semiótica de sentido para a vida humana, embora ainda não falando sobre uma função semântica da imaginação, também se encontram em um texto anterior sobre filosofia da arte e da literatura. Cf. DE ALMEIDA, 2007, p. 203-219.

estatuto do ponto de vista semiótico da retórica formal cognitivamente orientada, uma vez que tal ponto de vista dilui e matiza a distinção entre sentido e representação que vigora na semântica filosófica tradicional.

Mas tal redimensionamento da visão usual implica a aceitação de um trabalho da imaginação não apenas ao nível das imagens ou das indicações, mas também ao nível das descrições, as quais operam de modo mais direto no nível simbólico próprio ao discurso e, portanto, no nível da construção e compreensão do sentido das sentenças e seus termos componentes. Deste ponto de vista, *todas* as figuras são entendidas como dispositivos discursivos gerais que podem, por meio da analogia, atuar na alteração do sentido literal ao nível intraproposicional, proposicional e interproposicional. E essa atuação evidencia o trabalho da imaginação na constituição de sentido para a vida humana no mundo e pode ser encontrada, em maior ou menor grau, na totalidade dos discursos (verbais e escritos) produzidos pelos seres humanos.

Todavia, é nos textos usualmente considerados literários onde tal processo de constituição de sentido para a vida humana no mundo se apresenta de modo mais direto em todas as suas facetas: do dramático ao cômico, do prosaico ao sublime. Por conta disso, a análise puramente estética e estilística do discurso literário, apesar de seus méritos possíveis e mesmo inegáveis, contribui para uma visão demasiado simplista do valor destes mesmos textos, pois eles não apenas podem nos deleitar, mas nos ensinam a refletir sobre nossa própria constituição de sentido para além de qualquer divisão de saberes e de teorias estabelecidas em determinado contexto ou época.

A concepção semiótica das figuras retóricas como dispositivos discursivos através dos quais nossa imaginação não apenas é capaz de compreender melhor o que já é patrimônio comum, mas também e sobretudo que nos permite alterar, ampliar e mesmo substituir nossas concepções sobre a vida e o mundo nos mostra que uma análise mais “naturalista” da literatura é indispensável para nos curarmos de nossa visão demasiado especializada e estática sobre os modos como, através do discurso (em colaboração inexorável com outros códigos semióticos), podemos estabelecer relações significantes com nós mesmos, com os demais seres humanos e com o mundo natural e histórico que habitamos, ou seja, é indispensável para nos distanciarmos das concepções demasiado formalistas e idealizadas ou demasiado relativistas e historicistas da relação pensamento-linguagem-mundo.

Os textos literários refletem justamente este campo aberto em que se mostra que o sentido da vida humana no mundo nunca está fechado. Se é verdade assumir que os limites de nossa linguagem acabam por ser os limites de nosso próprio mundo, então também tem de ser verdade que tais

limites não são fixos e que todas as tentativas de encerrar em teorias finais e *a priori* a pluralidade das perspectivas humanas sobre a vida no mundo podem ser ótimos *recursos metodológicos e teóricos* para compreendermos melhor o enigma desta mesma vida e deste mesmo mundo, mas se tornam inevitavelmente obstáculos quando considerados como descrições absolutas e inalteráveis. O papel da imaginação na construção de sentido (ao nível do discurso mesmo, mas também em todos os outros níveis e aspectos pressupostos ou implicados pelo discurso) se mostra de modo mais claro na diversidade e na liberdade expressa e sentida nos textos literários, mas de modo algum se confina a este âmbito. A literatura (com toda a polissemia possível deste conceito) é o lugar onde podemos perceber de modo mais evidente como a imaginação atua diretamente na construção de símbolos icônicos que se tornam patrimônio comum da humanidade em sua aventura solitária no vasto cosmo, mas o que ali está refletido é apenas uma metonímia do papel fundamental da imaginação na maravilhosa e ao mesmo tempo terrível obra de arte que chamamos de história humana.<sup>39</sup>

## REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. *Retórica*. Introdução, tradução e notas de Manuel Alexandre Jr. *et alii*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Poética*. Introdução e tradução de Eudoro de Souza. Lisboa: INCM, 2010.
- BYRNE, R. *Rational imagination: how people create alternatives to reality*. Cambridge/Londres: Bradford Book, 2005.
- DAVIDSON, D. "What metaphors mean". In: DAVIDSON, D. *Inquiries into truth and interpretation*. Oxford: Oxford UP, 1991. p. 243-264.
- DE ALMEIDA, N. E. Como fazer imagens com palavras: sobre a imaginação semântica a partir da poética simbolista e sua apropriação no *Ulisses* de Joyce. *Eutomia*, v. 14, n. 1, 2014, p. 488-516.
- \_\_\_\_\_. Sobre a semiótica de Heráclito e o sentido literário da filosofia. *Eutomia*, v. 15, n. 1, 2015, p. 234-266.

<sup>39</sup> Gostaria de agradecer aqui a todas as contribuições feitas quando da apresentação de parte deste artigo no evento *Por uma análise naturalista da narrativa: mente, evolução, cognição e linguagem*, ocorrido na UFPR, nos dias 14-15/12/2015. Agradeço, em especial, a Gabriel Mograbi, Pedro Dolabela Chagas, Diogo Gurgel e Daniel de Luca pelas questões, comentários, críticas e sugestões feitas no âmbito deste evento. Agradeço ainda a Alexandre Nodari pela leitura atenta e pelas correções propostas na editoração final para a publicação.

- \_\_\_\_\_. *Insinuações: ensaios sobre filosofia da arte e da literatura*. Florianópolis: Oficinas de Arte/Bernúncia, 2007.
- FINKE, R. A. *Principles of mental imagery*. Cambridge/Londres: MIT Press, 1989.
- GIBBS, R. *The poetics of mind: figurative thought, language, and understanding*. Cambridge: Cambridge UP, 1994.
- FREGE, G. "O pensamento: uma investigação lógica". In: FREGE, G. *Investigações lógicas*. Tradução de Paulo Alcoforado. Porto Alegre: Edipucrs, 2002. p. 09-39.
- \_\_\_\_\_. "Sobre o sentido e a referência". In: FREGE, G. *Lógica e filosofia da linguagem*. Introdução e tradução de Paulo Alcoforado. São Paulo: Edusp, 2006. p. 129-158.
- HANSEN, J. A. *Alegoria: construção e interpretação da metáfora*. São Paulo/Campinas: Hedra/Unicamp: 2006.
- HELMAN, D. H. (ed.) *Analogical reasoning*. Dordrecht: Springer, 1988.
- HESSE, M. B. On defining analogy. *Proceedings of Aristotelian Society*, v. 60, 1960, p. 79-100.
- HOFSTADER, D., SANDER, E. *Surfaces and essences: analogy as the fuel and fire of thinking*. Nova Iorque: Basic Books, 2013.
- JONHSON, M. "Some constraints on embodied analogical reasoning". In: HELMAN, D. H. (ed.) *Analogical reasoning*. Dordrecht: Springer, 1988. p. 25-40.
- LAKOFF, G. *Women, fire, and dangerous things*. Chicago: Chicago UP, 1987.
- PEIRCE, C. S. *Escritos coligidos*. Tradução de Armando M. D'Oliveira. São Paulo: Abril, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Semiótica*. Tradução de José T. Coelho. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Collected papers*, 8. vols. Harvard: Belknap Press, 1965.
- PERELMAN, C., OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Tradução de Maria E. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- PICARDI, E. "Frege's anti-psychologism". In: SCHIRN, M. (ed.) *Frege: importance and legacy*. Berlim/Nova Iorque: De Gruyter, 1996. p. 307-329.
- PLETT, H. F. *Literary rhetoric: concepts-structures-analyses*. Leiden/Boston: Brill, 2010.
- PUTNAM, H. "The meaning of 'meaning'". In: PUTNAM, H. *Mind, language and reality: philosophical papers*, vol. 2. Cambridge: Cambridge UP, 1997 (1975), p. 215-271.
- RICOEUR, P. The metaphorical process as cognition, imagination, and feeling. *Critical inquiry*, v. 5, n. 1, 1978, p. 143-159.
- RUIZ-VARGAS, J. M. (ed.) *Psicología de la memoria*. Madri: Alianza, 1994.
- SANTAELLA, L. *A teoria geral dos signos*. São Paulo: Cengage Learning, 2008.
- SHORT, T. L. *Peirce's theory of signs*. Cambridge: Cambridge UP, 2007.
- TODOROV, T. *Teorias do símbolo*. Tradução de Roberto L. Ferreira. São Paulo: Unesp, 2014.
- TURNER, M. "Categories and analogies". In: HELMAN, D. H. (ed.) *Analogical reasoning*. Dordrecht: Springer, 1988. p. 3-24.

Submetido em: 20/03/2016

Aceito em: 02/05/2016